



## **Mídia na Escola: Contribuições para a Cidadania e para o aprendizado na Zona Rural de uma Pequena Cidade<sup>1</sup>**

Emilia de Mattos Merlini<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **RESUMO**

Em um momento em que os meios de comunicação são estruturais e estruturantes da sociedade, a produção de mídia por jovens faz-se uma necessidade e torna-se um instrumento pedagógico para conhecer melhor o local em que se vive, promover a cidadania, a autonomia e o senso crítico sobre a própria mídia. Apesar de não se tratar de algo novo, existem poucos registros da produção de mídia por jovens da zona rural e, menos ainda, dentro do currículo escolar. Desse modo, será avaliada a experiência empírica de produção de mídia na zona rural de Lima Duarte (MG). Esta experiência aconteceu dentro da disciplina de Língua Portuguesa, por meio das metodologias de educomunicação e pesquisa participante, tendo apresentado como um dos resultados a maior participação dos jovens em outras disciplinas escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidadania, educomunicação, jovens, participação, zona rural.

### **Participação e Atuação Cidadã**

A participação social é fundamental para a democracia (SOUZA, 2011). “Ela tem como pressuposto fundamental a partilha do poder e o reconhecimento do direito de se interferir nas decisões políticas” (SOUZA, 2011, p. 164). Enquanto necessidade humana básica, esta atividade demanda prática e aperfeiçoamento: é preciso aprender a participar, aprender a ouvir os demais, a lidar com conflitos, com a diversidade, a compreender direitos e deveres. Nesses processos geralmente aprende-se a

se colocar no lugar do outro e compreender o seu ponto de vista; respeitar a opinião alheia; aceitar a vitória da maioria; pôr em comum as experiências vividas (...); partilhar a informação disponível; tolerar longas discussões para chegar a um consenso satisfatório para todos. O diálogo tem seus requisitos. Compreende não só o melhoramento da capacidade de falar e escutar mas também o domínio das técnicas da dinâmica de grupos (discussões, dramatização, liderança de reuniões, etc) e o uso efetivo dos meios de comunicação grupal (BORDENAVE, 1988, p. 29-30).

Uma boa forma de praticar a participação e preparar-se para atuar na sociedade mais ampla é por meio da participação nas próprias comunidades. Para tal, é imprescindível que a comunidade conheça a si mesma, suas percepções, valores e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), [emiliamerlini@uol.com.br](mailto:emiliamerlini@uol.com.br).



crenças, ao mesmo tempo em que se torna impossível não adotar posições políticas quando se participa e se busca transformar estruturas econômicas e sociais (BORDENAVE, 1988).

É através da participação que aspirações e necessidades da população em sua diversidade e heterogeneidade passam a ser expressas no espaço público democraticamente. Se a participação é política, ela também contém uma dimensão pedagógica. Ao colocar suas necessidades e propostas publicamente, as pessoas transformam a sociedade e se transformam, passam a construir o interesse público, experimentando a cidadania e disputando sentidos e significados. A participação também é entendida como direito que deve reconhecer a diversidade dos sujeitos políticos e a importância da criação de espaços de conflito e negociação (SOUZA, 2011, p. 164).

Mas a participação só existe com informação e diálogo, ou seja, com a comunicação. Por meio dessa é possível conhecer detalhes e dados sobre as questões enfrentadas pela comunidade, além de se relacionar com o próximo e tomar atitudes. “A participação de todos os setores da população na democracia do futuro depende da adequada utilização da comunicação tanto no nível dos pequenos grupos como no nível das massas espalhadas em todo o país” (BORDENAVE, 1988, p. 70).

Dentro da comunicação comunitária, segundo Peruzzo (1999), a participação pode ser pensada de acordo com a gradação crescente a seguir: o envolvimento na elaboração de mensagens (entrevistas, avisos, depoimentos); na elaboração de matérias (notícias, poesias, desenhos); na produção global do veículo de comunicação; na definição da linha política da comunicação, seu conteúdo, edição, manejo de equipamentos; e, por fim, na gestão compartilhada da instituição. A autora afirma que participar da produção, do planejamento e da gestão da comunicação comunitária contribui para a qualidade participativa da pessoa ou grupo, e para a cidadania.

Como vantagens da produção de comunicação alternativa estão a possibilidade de diversificação dos instrumentos de comunicação; a apropriação dos meios e técnicas; a conquista de espaços na sociedade; a possibilidade de conteúdo crítico e de autonomia institucional (em relação às instituições privadas e públicas); a articulação da cultura; a reelaboração de valores; e a contribuição para a formação das identidades (PERUZZO, 1999), ou seja,

a comunicação popular, ao abordar temas locais ou específicos, tende a despertar o interesse por parte da audiência, pelo fato de o conteúdo e os personagens terem relação mais direta com as pessoas. Os programas não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa, o que leva a incrementar



o processo de construção das identidades e de cultivo de valores históricos e culturais (PERUZZO, 1999, p. 157).

Portanto, ser cidadão é ter também o direito de “participar, com igualdade, na produção da gestão e na fruição de bens econômicos e culturais” (Idem, p. 286-287). Enquanto a participação, por sua complexidade, é um processo lento onde incidem condicionamentos culturais e ideológicos que precisam ser vencidos para sua efetivação (KAPLÚN, 1984).

No Brasil e nos países latino-americanos a população não tem tradição de participação, “aliado a isso à reprodução de valores autoritários, à falta de conscientização política e a outros fatores, pertencer, alcançar um grau de participação mais elevado é algo de difícil concretização” (PERUZZO, 1999, p. 73). Ao mesmo tempo em que “a produção de mensagens, o planejamento e a gestão dos meios se centraliza em poucas mãos” (Idem, p. 154).

Assim, a comunicação comunitária ou alternativa, com frequência, enfrenta muitas dificuldades, como a real efetividade da participação dos membros de uma comunidade em sua produção e gestão, a falta de recursos, a pequena amplitude de seu alcance quando comparada aos meios de comunicação de massa, dentre outros. Porém, apesar das dificuldades e de suas limitações, as experiências desse tipo são importantes, uma vez que é a partir da prática que se aprende a fazer comunicação e a participar de forma mais efetiva da vida social, exercendo valores como a solidariedade, a cooperação e a cidadania.

### **Juventudes do Brasil**

Para Cassab (2011), a juventude é uma construção histórica, social e cultural que não pode ser delimitada com rigor, nem conhecida apenas por critérios jurídicos e biológicos. Segundo ela, os modos de subjetivação das juventudes podem ser pensados a partir “da confluência entre os discursos e práticas sociais” (CASSAB, 2009, p. 206). Assim, é a partir de 1950 que a juventude começa a aparecer na literatura da sociologia brasileira. Num primeiro momento se pensava em incorporar os jovens à modernidade por meio da educação; depois, com as mobilizações contra a ditadura, os mesmos são vistos pela perspectiva da transformação social. Com a crise econômica da década de 80, os jovens têm possibilidades reduzidas de participação no processo de produção, e a produção científica sobre a juventude torna-se escassa (CASSAB, 2009). De 1990 em



diante, há o recrudescimento da produção literária sobre o tema, enquanto emerge a ideia do jovem como perigoso sob o aspecto da criminalidade urbana, além da preocupação com os jovens pobres, antes não tão presentes nesta literatura.

Segundo a autora, no que diz respeito às políticas públicas e sociais voltadas para a juventude, é muito recente a ideia de sua ação política com ênfase na participação a partir da solidariedade, especialmente em atividades do terceiro setor, em detrimento de sua participação em partidos políticos. A autora ressalta que, em geral, as políticas públicas voltam-se para as imagens construídas sobre seus moradores e territórios, ao invés de atuarem para fortalecê-los com base em suas demandas reais, permeadas por suas contradições e convergências.

as perdas objetivas e subjetivas, advindas da inexistência de espaços de convivência e confrontação e de encaminhamento de conflitos, atingem a todos e esvaziam possibilidades de amadurecimento de uma sociabilidade democrática. A diferença, notória diferença, é que os jovens dos segmentos populares pagam, em número muito maior, com sua própria vida por essa sociabilidade construída na segregação (Idem).

Ela acrescenta que o discurso pela participação e responsabilidade pelo outro foca-se na experiência individual e não na construção do espaço público, por excelência o espaço da política (CASSAB, 2009).

No que diz respeito ao espaço da política, em dezembro de 2011 aconteceu em Brasília a 2ª Conferência Nacional Juventude, com o tema “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil”, que – com esse tema – parece ter atribuído aos jovens um papel na construção e desenvolvimento do país. Na mesma Conferência foi aprovada prioritariamente uma proposta que se refere à criação e implementação de um Plano Nacional de Comunicação e Juventude, onde destaca-se o fomento à produção de mídia por jovens, utilizando-se a metodologia de educomunicação.

Nesta ocasião, questionava-se quanto das resoluções da 1ª Conferência (ocorrida em abril de 2008) haviam sido colocadas em prática. Castro, Sales e Neto (2011) afirmam que “não basta estar nas prioridades da política de juventude se não é vontade política do governo” (CASTRO; SALES e NETO, 2011, p. 198):

A participação da juventude não pode ser olhada separadamente da participação do restante da sociedade. Diversos autores (...) têm afirmado que nunca fomos tão participativos, embora isso não represente grandes avanços na perspectiva da participação política. Somos convidados a participar de todas as pequenas decisões. Pesquisas para dar nossa opinião, conselhos participativos, críticas aos serviços pelos quais pagamos etc. Mas nas grandes decisões não podemos sequer nos manifestar (Idem).



Outra questão importante é: “Quem define quais são os direitos a serem garantidos aos jovens?” (PAPA e FREITAS, 2011, p. 10). Para as autoras, de modo geral, os atores envolvidos no campo das políticas públicas de juventude afirmam reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, porém prevalecem dois pontos de vista: o de que os jovens são pessoas em preparação para o futuro e de que este é um período da vida e/ou segmento social especialmente problemático. Assim, as políticas públicas voltam-se para essas questões, muitas vezes reducionistas, quanto ao que realmente são as juventudes contemporâneas do Brasil. Sobre esta juventude,

Não resta dúvida de que, em geral, os jovens de renda mais baixa ingressam mais cedo no mercado de trabalho, muitas vezes sem concluir a escolaridade básica. Mas não se pode inferir dessa tendência que esses jovens deixem de estudar apenas por causa da necessidade de trabalhar. As investigações mais antigas e recentes sobre os motivos que levam um jovem a começar a trabalhar e a deixar a escola sugerem que as razões são muito complexas. O pertencimento a famílias de renda mais baixa é, sem dúvida, um aspecto relevante, mas é preciso considerar a relação estabelecida com a escola, tendo em vista não apenas que a dedicação ao trabalho pode prejudicar a frequência escolar, mas também que o sistema de ensino pode mostrar-se incapaz de atrair o interesse do aluno (Idem, p. 49).

### **Produção de Mídia em Contextos de Educação**

Conforme dito anteriormente, a participação só existe com a informação e o diálogo, ou seja, com a comunicação. Paulo Freire nos traz importantes considerações sobre o diálogo e a comunicação nos contextos de educação. Para ele o primeiro é um encontro amoroso entre os homens que transformam o mundo para a humanização de todos:

E ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não *sloganizar*. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si”. E que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica (FREIRE, 1975, p. 43).

Freire (1975) enfatiza que o sujeito não pensa sozinho sobre um objeto, mas com a participação de outros, em um processo que se dá na comunicação. Desse modo, o objeto torna-se um mediador da comunicação: “O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar *comunicando-se*, é a que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (Idem, p. 67).



Deliberador e Lopes (2011) trazem considerações que podemos somar às de Freire. Para elas, a comunicação pode ser entendida como *ação comum*:

desde que se tenha em conta que o “algo em comum” refere-se a um mesmo objeto de consciência e não as coisas materiais, ou à propriedade de coisas materiais. A “ação” realizada não é sobre a matéria, mas sobre o outrem, justamente aquela cuja intenção é realizar o ato de duas (ou mais) consciências com objetivos comuns (DELIBERADOR e LOPES, 2011, p. 89).

Desse modo, faz-se necessário “pensar em uma educação através dos meios de comunicação, que prepare receptores críticos, conscientes e capazes de estabelecer uma relação dialógica com esses meios” (Idem, p. 87). A ideia de fazer o aluno participar do processo de aprendizagem não é nova. “Mas é grande a distância entre questionar o aluno, verificar suas aquisições e colocar-lhe nas mãos ferramentas que lhe permitirão tentar, hesitar, construir em seu ritmo seu próprio saber” (GONNET, 2004, p. 71).

Citelli (2000) trata de como a escola funciona e como deveria trabalhar para formar cidadãos, ou seja, pessoas capazes de modificar o mundo à sua volta: ela deveria partir dos conhecimentos dos alunos e da realidade local buscando alargar o universo referencial dos educandos. O que também precisa acontecer quando se trabalha a mídia com o objetivo de contribuir para a formação cidadã.

O aluno que participa de processos de produção de mídia na escola aprofunda o diálogo entre as gerações (GONNET, 2004). Essas atividades promovem, portanto, “uma pedagogia da troca onde a escola contribui para a construção positiva das identidades, favorece descobertas e incentiva o respeito, ou seja, ela responde às expectativas” (Idem, p. 90).

Ao mesmo tempo, ao criarmos os meios – seja em nível comunitário ou de massa – somos igualmente por eles transformados. Os meios provêm ingredientes para a formação de nossas identidades, valores e costumes, enfim, para nossa constituição:

A primeira constatação de ordem psicológica sistematicamente levantada pelos professores que acompanham alunos em processo de produção de mídias diz respeito justamente a esta capacidade nova dada aos jovens que podem desenvolver no interior da instituição educativa uma outra relação com eles mesmos (GONNET, 2004, p. 79).

Desse modo, torna-se essencial que a mídia ofereça diversidade narrativa, ética e estética para a formação dos sujeitos (GIRARDELLO, 1999). “Quanto mais histórias estiverem sendo contadas, ou contadas por mais pessoas, maiores as possibilidades de recriação, maior a vitalidade narrativa da cultura e, portanto, maior sua vitalidade



imaginativa” (Idem, p. 5). A imaginação, tão importante para as crianças, jovens e adultos, é imprescindível na sociedade atual que necessita de soluções novas e criativas para lidar com as desigualdades e os inúmeros outros desafios com os quais se depara.

As pesquisas realizadas por Deliberador e Lopes (2008) no âmbito da mídia educação com crianças, chegaram à conclusão de que:

Quando a mídia educação é trabalhada em seu contexto produtivo buscando despertar as crianças a refletirem sobre as questões relativas ao seu entorno social, seja ele a sua escola, seu bairro ou sua cidade, estabelece-se a uma educação para a cidadania, configurada pela formação participativa e de comprometimento dos envolvidos (DELIBERADOR e LOPES, 2011, p. 85).

As pesquisadoras ressaltam ainda que, no Brasil, as experiências de produção de mídia com objetivos educacionais ocorrem mais por meio da associação entre “ONGs, instituições de ensino e movimentos populares, acontecendo, sobretudo, em espaços não formais e informais, uma vez que não se encontra um apoio efetivo por parte dos governos para sua implementação na grade curricular de ensino” (Idem, p. 94).

Enquanto isso, as propostas de produção de mídia mostram envolver as crianças e jovens em suas comunidades, favorecer o sentimento de pertença (à comunidade) e promover a cidadania. Porém, apesar das inúmeras experiências de educação para as mídias, ainda há que se investigar melhor como o aprendizado proporcionado por elas se transfere para outras áreas do currículo escolar (BUCKINGHAN, 2007).

Desse modo, não basta produzir mídias, é de grande importância a forma como se dá esta produção, tanto melhores serão os resultados se a produção se der dentro de uma pedagogia dialógica que favoreça a participação, a comunicação, o empoderamento de todos e a cidadania. Aplicar a esse tipo de trabalho “uma pedagogia de incitação à produção implica transtornos consequentes, notadamente na relação professor/aluno e na relação com a instituição” (GONNET, 2004, p. 71). Transtornos cujos resultados podem ser muito positivos em termos de exercício cidadão. O uso das tecnologias na escola não pode ser visto como sinônimo de modernização, mas como ferramenta capaz de otimizar o trabalho que se realiza (CITELLI, 1999).

### **Produção de Mídia por Jovens da Zona Rural de Lima Duarte**

Este trabalho analisará a experiência realizada com jovens de Lima Duarte (MG). O município se localiza na Zona da Mata Mineira, possui cerca de 16 mil habitantes, sendo que apenas 23% de sua população reside na área rural, de acordo com



dados do IBGE 2010<sup>3</sup>. Lima Duarte, como muitas outras cidades brasileiras, é marcada pela migração para a zona urbana, que gerou o esvaziamento do campo. A renda *per capita* é de R\$ 5750,00/ano, segundo o IBGE (2007), o que corresponde a menos de um salário mínimo por mês.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a proficiência dos alunos da E. E. Tiago Delgado (da 8ª série), onde aconteceu a atividade de produção de mídia da zona rural, deveria estar entre 300 e 350 para Matemática, e entre 275 e 325 para Português, mas estava em 237,92 e 238,93<sup>4</sup>, respectivamente; ambos abaixo de esperado.

Enquanto isso, as atividades de produção de comunicação e mídia realizadas nesta escola buscam, com base na metodologia de educomunicação e na pesquisa participante, promover o exercício da cidadania, o ato de repensar os próprios conflitos e a própria identidade; além da leitura crítica dos MCM, a melhoria das habilidades de comunicação e trabalho em equipe; e estabelecer uma relação dialógica com a pedagogia escolar.

A experiência foi realizada com jovens do Ensino Médio, onde a faixa etária e a seriação escolar determinaram a seleção dos participantes. Para Gonnet (2004), é geralmente antes dos 15 anos de idade que os jovens tomam consciência da complexidade do mundo e de sua própria complexidade:

Trata-se de uma idade propícia para a tomada da consciência das estratégias das mídias, para melhor avaliar sua situação de consumidor, mas também de ator potencial, desde o instante em que sejam implementados projetos de diálogo como um jornal, uma estação de rádio ou de televisão. É importante notar que inúmeros exemplos já existem nesse sentido e que eles revelam o interesse muito vivo que esses trabalhos suscitam nos alunos. Não poderíamos formular a hipótese de que através de tais explorações o adolescente encontraria meios privilegiados de negociar alguns de seus próprios conflitos? (GONNET, 2004, p. 54)

Por considerar que grande parte dos jovens de 14 a 17 anos já desenvolveu as habilidades citadas por Gonnet, é que optei por trabalhar com essa faixa etária. Ao mesmo tempo, escolhi atuar na escola, aproveitando a estrutura escolar (salas de aula, equipamentos etc), por se tratar de um local onde os jovens já se reúnem e, portanto,

<sup>3</sup> Disponível em <http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em 24 jul. 2011.

<sup>4</sup> Disponível em [8](http://www.portalideb.com.br/#{%22aba%22:%22aba%22:%22escola%22,%22escola_id%22:%2231069027%22},%22municipio_id%22:%223138609%22,%22rede%22:%22estadual%22,%22serie%22:%228%22,%22-visao%22:%22proficiencia%22}. Acesso em 4 abr. 2012.</a></p></div><div data-bbox=)





utilizei o critério de seriação – típico desta estrutura institucional – onde a seleção foi a do Ensino Médio. As experiências foram registradas por meio de diários de campo, produções dos alunos (vídeo e rádio), fotografias, questionários e auto-avaliações.

### **A Experiência na E. E. Tiago Delgado**

O trabalho na zona rural pretendia ser a segunda edição da oficina Jovens Jornalistas, que aconteceu em 2010, em escola do centro da cidade e no contra turno escolar. Assim, a atividade teve início em setembro de 2011, na Escola Estadual Tiago Delgado, do bairro Manejo, onde estudam muitos alunos da zona rural que vão para a escola com transporte escolar público. A escolha da zona rural deveu-se ao fato de considerar que essa região oferece menos opções de lazer e de cursos aos jovens comparando-se à zona urbana. Ao mesmo tempo em que pretendia compreender melhor os preconceitos com a zona rural constatados em 2010, na primeira edição da oficina.

A proposta acertada com a escola e com os alunos foi de que eles ficariam uma tarde por semana na escola. Voltariam para casa com o transporte da prefeitura e receberiam a merenda da escola. Inscreveram-se 19, sendo que 12 poderiam ser transportados de volta. Porém todos faltaram no primeiro dia. Houve então uma sucessão de desencontros que culminaram com o término do projeto na parte da tarde e seu início, na última semana de outubro, em duas das quatro aulas semanais de Português; e com os 20 alunos do 1º Ano do Ensino Médio. O tema seria sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e sexualidade, conteúdos da matéria de Biologia.

Os jovens decidiram fazer um programa de rádio e um curta (FIG. 4). Eles tinham também a opção de fazer um trabalho escrito ou seminário para as disciplinas, mas optaram pela produção de mídia. A turma de rádio foi composta somente por garotos e a de vídeo abarcou todas as garotas e um garoto. Essa formação por gênero foi espontânea e, segundo eles, deveu-se às suas preferências pelos veículos, sendo interessante que eles se misturaram no decorrer do trabalho. Os jovens elaboraram sozinhos a primeira proposta do programa de rádio, assim como a história do vídeo. Para isso tiveram estímulo da professora de Português que trabalhou com eles os gêneros literários: drama, comédia etc, e de vídeos da TV Escola apresentados nas aulas de Biologia sobre o tema das DSTs.

O roteiro do curta foi elaborado comigo. Além disso, a professora de Português e eu os ajudamos com o programa de rádio. Por falta de tempo e de computadores funcionando na escola, a filmagem e a edição do vídeo foram feitas por mim, assim



como a gravação e edição do programa de rádio. Eles assistiram e ouviram os programas antes do final da edição para que pudessem fazer sugestões de alterações.



FIGURA 4 – Gravação do curta, registrada pelos alunos.

Houve bastante motivação. Como sempre, alguns participaram mais e outros menos, mas ao final, todos os vinte se envolveram de alguma forma. Bordenave (1988) considera como característica da participação, que cada pessoa participa de maneira própria, diversidade que é positiva mesmo que demande maiores esforços de coordenação das atividades.

Um dos encontros com a turma do rádio foi durante a tradicional gincana da escola. Constatando que envolvimento e motivação são estimulados quando as questões em foco são de interesse direto dos membros (não apenas das lideranças) de um grupo (BORDENAVE, 1988).

Por meio deste trabalho foi possível uma interação diferente com a comunidade, uma vez que entrevistaram professores, funcionários e alunos da escola; profissionais do posto de saúde e pessoas mais velhas de suas comunidades.

Todos os alunos que estudavam na escola no período da manhã assistiram ao vídeo<sup>5</sup> e ouviram o programa de rádio (FIG. 5). Depois da apresentação nós conversamos sobre a experiência como um todo. Os alunos disseram ter gostado da apresentação: “Eu tava com vergonha, achando que depois, todo mundo ia ficar zuando a gente. Mas foi o contrário, muita gente veio me dar os parabéns”.

Depois, entreguei um questionário às duas professoras e aos alunos. As primeiras consideraram que o aspecto lúdico foi relevante para o aprendizado dos alunos, ou mesmo para que aprendessem mais. A professora de Biologia destacou a importância de o trabalho fazer parte do planejamento anual das disciplinas, caso se

<sup>5</sup> O vídeo está disponível no endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=xTR23h-ZmPM&context=C3b0d581AD0EgsToPDskIDPcla0op8mmL2vCEDIQwS>. Além desse, foram produzidos outros dois vídeos: com as cenas que deram errado e com fotos tiradas pelos alunos durante a filmagem.



realize novamente. Para a professora de Português “o trabalho foi perfeito. Até então trabalhava com alunos desestimulados, que pouco expunham as suas ideias. Eram alunos apáticos, acomodados. Esse trabalho revolucionou o aprendizado dos meninos”.



FIGURA 5 – Apresentação do vídeo para a escola.

Dezessete, dos 20 alunos responderam ao questionário. Uma das jovens disse que eu deveria ter escrito “zona rural”, no questionário, ao invés de “roça”, porque a primeira opção é “mais bonita”. Concordei com ela. Todos eles moram na zona rural e apenas três deles não realizam trabalhos de roça. Ao contrário dos jovens da cidade, esses não demonstraram vergonha em falar que realizam esse tipo de trabalho ou que moram nessa região. Eles destacam algumas das dificuldades associadas à zona rural, como falta de um professor de violão e que “na roça só tem trabalho”. Assim, há um desejo de mais opções de lazer, ou mesmo de morar na cidade para ter outros acessos, mas em nenhum momento negaram a zona rural como os jovens da zona urbana.

Todos disseram ter gostado do trabalho e 16 disseram ter aprendido. Dentre esses, seis ressaltaram que: aprenderam sobre DSTs; que aprenderam brincando; que aprenderam sobre rádio e vídeo; e que aprenderam muito. Além dessas, houve respostas tais como “aprendi a ser ‘feliz’”, “aprendi coisas que vou levar para a vida toda”, “aprendi coisas que posso passar até para meus irmãos e outras pessoas”.

Eles disseram querer realizar um trabalho como esse novamente e preferem que seja junto a uma disciplina na escola, especialmente por poderem contar com a ajuda de um professor, por dificuldades com o transporte, ou por trabalharem à tarde. O depoimento de alguns chamou a atenção por parecer que fazer a atividade de mídia durante a aula é uma forma de matar aula; de tornar a aula mais divertida; ou porque os alunos se esforçam mais com o incentivo da nota.

A minoria que prefere realizar a atividade fora do turno escolar justificou essa escolha dizendo que teriam mais tempo para o trabalho de mídia ou que não perderiam



aula. No último caso parece que a atividade foi vista como não educativa ou como “perda de aula”. Na verdade o tempo foi bastante curto e acabei tirando alguns deles de outras aulas não planejadas, o que fazia com que tivessem que copiar a matéria depois.

Eles demonstraram preocupação em como seriam vistos pelos outros, o que remete à questão de sua identidade, uma vez que elas existem em uma relação consigo e com os outros, de identidade e diferença (BHABHA, 2001).

Alguns agradeceram “a paciência” e o “carinho” que eu tive com eles, pontos que se referem à afetividade nos termos de Paulo Freire, onde o diálogo e a comunicação são vistos como um encontro amoroso entre os seres humanos; e onde uma relação com afetividade pode contribuir positivamente para a educação.

Eles também demonstraram, em vários momentos, o desejo de comprar um *tablet* ou um *notebook*. No fim descobri que “todo mundo da malhação tem um *tablet*”. Também percebi a preocupação das meninas em estarem bonitas no vídeo, aspectos que parecem se relacionar à sua recepção televisiva, às suas identidades e constituição de subjetividades. Segundo Fischer (2004), os produtos televisivos possuem estratégias de linguagem que se relacionam à constituição dos sujeitos em sua cultura: “tais modos de existência, a meu ver, pautam, orientam e interpelam o cotidiano de milhões de cidadãos brasileiros, ou seja, participam decisivamente da produção de suas identidades e subjetividades” (FISCHER, 2004, p. 375).

Foi muito interessante que, no vídeo, quem pede cola é justamente um bom aluno e, quem passaria cola, é o mau aluno da “vida real”, ou seja, os papéis se inverteram. Eles também queriam um bebê negro para a cena final em que o casal aparece com um filho. No dia não trouxeram a boneca negra e filmamos com uma criança da comunidade. Mas aqui aparece a questão de raça e de como eles se vêem, fugindo do padrão das bonecas brancas e loiras.

Além disso, um dos jovens que participou do rádio tem muitas dificuldades de escrita e até de se expressar oralmente, como apontaram os próprios alunos. Pois bem, esse jovem participou ativamente do trabalho, realizou entrevistas em sua comunidade e escreveu dois textos para o programa de rádio, além de ter gravado sonoras no programa. Quando a professora de Português solicitou que ele chamasse os alunos que estavam fora da sala, ele respondeu “Não posso, tenho que escrever um texto”. O que provavelmente não aconteceria se tivesse que escrever um texto com outra finalidade.

Essa atividade seria melhor se os jovens pudessem ter filmado e editado o vídeo e o programa de rádio. O conhecimento deles seria mais emancipador uma vez que



poderiam produzi-los sozinhos. Infelizmente o tempo foi muito curto, os computadores da escola eram muito lentos e deixaram de funcionar durante o semestre.

Foi muito gratificante o acolhimento da escola quanto ao trabalho. Eu tive autonomia para o que foi necessário e me senti quase como um membro da escola: ajudei professores e a secretária em pequenas tarefas e fui plenamente acolhida em minhas solicitações.

Eu aprendi e me diverti muito também. Creio que aspectos técnicos poderiam ser melhorados em uma próxima oportunidade e considero que houve falta de tempo inclusive para problematizar questões importantes como, por exemplo, quando disseram que um dos jovens não sabia falar, por isso não deveria falar no rádio. Eu só respondi que ele podia falar sim e que, assim, iria treinar para melhorar. Foi o que foi possível no momento. As notas atribuídas pela professora de Português levaram em conta a minha opinião e consideraram a participação, a produção dos textos e a qualidade do que cada jovem desenvolveu.

As dificuldades iniciais parecem se relacionar com a crise enfrentada pela mudança de diretoria onde não havia verba nem para a merenda. As dificuldades com a distância, com a alimentação e o fato de que alguns trabalham à tarde parecem ter contribuído também para o cancelamento da primeira proposta, na parte da tarde. Porém esse insucesso gerou a interessante possibilidade de trabalhar com professoras, dentro de suas disciplinas e proporcionou um maior relacionamento com a pedagogia escolar. Ao contrário de grande parte dos trabalhos de educomunicação e mídia educação de que temos notícia, que acontecem fora das disciplinas do currículo escolar.

Desta vez os jovens escolheram o produto e definiram os programas, mas o tema foi estabelecido previamente. Dentro desse tema houve bastante criatividade, como a realização de entrevistas na escola e fora dela. Eles também criaram poesias, fizeram debates e pesquisaram sobre as DSTs. A participação pareceu se relacionar e, até mesmo, depender de suas identidades, interesses e auto-estima.

O vídeo seguiu em parte o modelo do vídeo da TV Escola, assistido na aula da professora de Biologia, e também o das novelas ou da malhação, onde existem bons e maus. Mas os materiais desenvolvidos diziam respeito à sua realidade, o que é interessante para proporcionar uma maior reflexão sobre seu entorno. A questão do modelo escolhido indica seus referenciais, predominantemente o das novelas da Globo, incluindo a Malhação. O vídeo da TV Escola trouxe outra referência de programa, que foi aceito com sucesso. Se o espectro de referências fosse maior, talvez a criatividade



quanto ao produto pudesse ter sido maior também. “Aprendi a dar valor a projetos que acontecem na escola”, foi o que expressou um jovem demonstrando motivação e satisfação quanto à atividade.

### **Algumas Considerações**

Durante a experiência esteve presente o desafio de realizá-la com apenas 100 reais e com equipamentos emprestados. O apoio da diretora, dos professores, da prefeitura e do Instituto Candeia de Cidadania foram fundamentais para a efetivação dos trabalhos.

No início de 2012, durante a reunião de planejamento da escola, a diretora e alguns professores relataram que aquela turma era “bastante complicada” e que melhorou muito depois da atividade de produção de mídia. Eles passaram a participar mais, inclusive de outras aulas, expressando sua opinião e demonstrando mais interesse pelas atividades, como uma mostra de que a prática da participação pode ir além dos limites antes imaginados.

A professora de Português passou a produzir jornal mural com alunos do sexto ano de outra escola, descrevendo bons resultados. A de Biologia pretende produzir um curta sobre o trabalho de ervas medicinais que realiza também em outra escola. A inspetora pretende produzir programas de rádio em outra escola, onde dá aulas de Português. Assim, a produção de mídia demonstrou ser interessante não apenas para os alunos, mas para a escola e os professores, estabelecendo uma relação produtiva e lúdica entre esta produção e a pedagogia escolar.

A mídia parece ter funcionado como um instrumento motivador para o alcance de objetivos educacionais: a melhoria de coeficientes de comunicação, o entendimento sobre o funcionamento da grande mídia, uma maior reflexão sobre sua realidade e entorno, além é claro do ponto que nos interessa em especial que é o exercício da cidadania ao praticarem seu direito à voz e participarem mais ativamente de sua comunidade.

O exercício da participação nesta atividade permitiu rever ainda questões relativas às suas identidades, aprendizado, auto-estima e pertencimento à comunidade escolar. A afetividade que se estabeleceu em nossa relação também contribuiu para o aprendizado e a motivação com o trabalho quando, apesar do pouco tempo que tivemos juntos, os jovens me apresentaram questões pessoais e dilemas que estavam vivendo, assim como agradeceram por isso nos questionários finais. Ainda temos muito o que



aprender e melhorar, mas já pudemos provar o gostinho da participação e da produção de mídia na escola, dentro do currículo e na zona rural.

### Referências bibliográficas

BHABHA, H.. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BORDENAVE, Juan R. Dias Bordenave. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUCKINGHAM, D.. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.

CASSAB, M. A. T.. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2011.

\_\_\_\_\_. Processos de subjetivação da juventude na contemporaneidade: ação política em tempos de não política. In: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUZA, S. M. G. (Orgs). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG: Cânone Editorial, 2009, p. 197-211.

CASTRO, D.; SALES P.; NETO, A.. Pensando sobre a participação e os direitos da juventude no Brasil. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V.. **Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011, p. 197- 199.

CITELLI, A.. **Comunicação e educação, linguagem em movimento**. São Paulo: Senac, 2000.

DELIBERADOR, L. M. Y.; LOPES, M. F.. **Mídia Educação e a formação cidadã: análise das oficinas de rádio da escola municipal Olavo Soares Barros de Cambé – PR**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.34, n.1, p. 85-103, jan./jun. 2011.

FISCHER, R. M. B.. O dentro e o fora da recepção: por uma análise da heterogeneidade dos processos comunicacionais. In: FONSECA, M.; TOSCHI, M. S.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). **Escolas gerenciadas: Planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FREIRE, P.. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GIRARDELLO, G.. **A Imaginação Infantil e as Histórias da TV**. Disponível em: <<http://www.nica.ufsc.br/wpcontent/uploads/2010/01/A-imaginacao-da-infantil-e-as-historias-da-tv.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

GONNET, J.. **Educação e mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

KAPLÚN, M.. **Comunicación entre grupos: el método del cassette-foro**. Ottawa, 1984.

PAPA, F. C.; FREITAS, M. V.. Introdução. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V.. (Orgs.). **Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011, (p. 7-21).

PERUZZO, C. M. K.. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, P. L. A.. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia (Orgs.). **Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011, (p. 163-189).